

Delegação Marítima de Vila Franca do Campo

(Ilha de S. Miguel)

- 1 delegado marítimo (oficial auxiliar do secretariado naval ou da classe de manobra).
1 cabo de mar.

Delegação Marítima da Ribeira Grande

(Ilha de S. Miguel)

- 1 delegado marítimo (oficial auxiliar do secretariado naval ou da classe de manobra).
1 cabo de mar para a sede da delegação.
1 cabo de mar para Rabo de Peixe.

Delegação Marítima de Vila do Porto

(Ilha de Santa Maria)

- 1 delegado marítimo (oficial auxiliar do secretariado naval ou da classe de manobra).
1 cabo de mar.

Capitania do porto de Angra do Heroísmo

- 1 capitão do porto (capitão de fragata ou capitão-tenente).
1 patrão-mor (oficial auxiliar da classe de manobra).
1 escruturário.
1 cabo de mar para a sede da capitania.
1 cabo de mar para Pôrto Judeu.
1 cabo de mar para Praia da Vitória.
1 cabo de mar para S. Mateus.
1 patrão de embarcação.
5 remadores.
1 servente.

Delegação Marítima de Velas

(Ilha de S. Jorge)

- 1 delegado marítimo (oficial auxiliar do secretariado naval ou da classe de manobra).
1 cabo de mar para a sede da delegação.
1 cabo de mar para Calheta.
1 cabo de mar para Tôpo.

Delegação Marítima de Santa Cruz

(Ilha Graciosa)

- 1 delegado marítimo (oficial auxiliar do secretariado naval ou da classe de manobra).
1 cabo de mar para a sede da delegação.
1 cabo de mar para Praia.
1 cabo de mar para Folga.

Capitania do porto da Horta

- 1 capitão do porto (capitão de fragata ou capitão-tenente).
1 patrão-mor (oficial auxiliar da classe de manobra).
2 escruturários.
2 cabos de mar.
2 patrões de embarcação.
10 remadores.
1 servente.

Delegação Marítima das Lajes

(Ilha do Pico)

- 1 delegado marítimo (oficial auxiliar do secretariado naval ou da classe de manobra).
1 cabo de mar para a sede da delegação.
1 cabo de mar para Ribeiras.

Delegação Marítima de S. Roque

(Ilha do Pico)

- 1 delegado marítimo (oficial auxiliar do secretariado naval ou da classe de manobra).
1 cabo de mar para a sede da delegação.
1 cabo de mar para Areia Larga.
1 cabo de mar para Madalena.

Delegação Marítima de Santa Cruz

(Ilha das Flores)

- 1 delegado marítimo (oficial auxiliar da secretariado naval ou da classe de manobra).
1 cabo de mar.

Delegação Marítima do Corvo

(Ilha do Corvo)

- 1 delegado marítimo (oficial auxiliar do secretariado naval ou da classe de manobra).
1 cabo de mar.

Grupo da Madeira**Capitania do porto do Funchal**

- 1 capitão do porto (capitão de fragata ou capitão-tenente).
1 adjunto (capitão-tenente ou primeiro tenente).
1 patrão-mor (oficial auxiliar da classe de manobra).
2 escruturários.
2 cabos de mar para a sede da capitania.
1 cabo de mar para Câmara de Lôbos.
1 cabo de mar para Machico.
1 cabo de mar para Paúl do Mar.
1 cabo de mar para Santa Cruz.
1 patrão de embarcação.
6 remadores.
1 servente.

Delegação Marítima de Pôrto Santo

- 1 delegado marítimo (oficial auxiliar do secretariado naval ou da classe de manobra).
1 cabo de mar.

Observações

1.º Enquanto decorrerem os concursos e seu resultado para preenchimento de vagas em lugares dos departamentos, capitarias e delegações, poderá ser contratado pelos chefes dos departamentos e capitães dos portos insulares qualquer pessoal idóneo para exercer provisoriamente êsses cargos sempre que as exigências do serviço o tornem indispensável;

2.º Nas capitarias de mais expediente e nas delegações para cujo quadro não se designa escruturário, quando o serviço ou o impedimento temporário dos escruturários o exijam, é permitido contratar auxiliares de escrituração, sob proposta do capitão do porto e pelo tempo que fôr julgado conveniente, nunca superior a cento e vinte dias em cada ano económico;

3.º Os cabos de mar poderão provisoriamente acumular as suas funções com as de patrão de embarcação, na ausência ou impedimento dos efectivos, nas capitarias onde tais lugares façam parte dêste mapa, e definitivamente nás outras capitarias;

4.º Além do pessoal a que se refere o presente mapa, são destinadas para desempenho de serviços nos departamentos, capitarias e delegações, praças reformadas da armada, incapazes do serviço activo, e eventualmente do efectivo da armada, quando as necessidades do serviço o exijam.

Paços do Governo da República, 21 de Maio de 1924.— O Ministro da Marinha, *Fernando Augusto Pereira da Silva*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO**Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios
e de Previdência Geral****Direcção dos Serviços de Contabilidade Social****Decreto n.º 9:705**

Sob proposta do Ministro do Trabalho, com fundamento no n.º 5.º do artigo 25.º da 3.ª das cartas de lei de 9 de Setembro de 1908:

Hei por bem, tendo ouvido o Conselho de Ministros, decretar o seguinte:

São transferidas, no artigo 5.º, «Material e outras despesas», do orçamento das despesas do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral aprovado para o ano económico corrente de 1923-1924, as verbas seguintes:

Das rubricas:

Para publicação de folhetos, cartazes ilustrados, circulares, anúncios, etc., e sua distribuição por todo o país com o fim de fazer a propaganda dos seguros sociais obrigatórios	9.000\$00
Instalação da biblioteca do Instituto, compra de livros, assinaturas de revistas, jornais, etc.	1.500\$00
Para a inspecção e circunscrições	<u>2.000\$00</u>
	<u>12.500\$00</u>

Para a rubrica:

Para pagamento de despesas de expediente e eventuais do conselho de administração, conselho fiscal e direcções, aquisição de publicações, telegramas oficiais e outros encargos, iluminação e água para todas as dependências internas do Instituto, salários das jornaleiras para auxiliar o serviço de limpeza e para despesas miúdas, inspecções médicas e serviço de limpeza	12.500\$00
--	------------

O Ministro do Trabalho e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar.
Paços do Governo da República, 21 de Maio de 1924.—
MANUEL TEIXEIRA GOMES—Álvaro Xavier de Castro—
Alfredo Ernesto de Sá Cardoso—José Domingues dos Santos—Américo Olavo Correia de Azevedo—Fernando Augusto Pereira da Silva—Domingos Leite Pereira—
Nuno Simões—Mariano Martins—Helder Armando dos Santos Ribeiro—Júlio Ernesto de Lima Duque—Joaquim António de Melo e Castro Ribeiro.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Secretaria Geral

Decreto n.º 9:706

Tornando-se indispensável facilitar a concorrência ao mercado português de produtos alimentares, nomeadamente carnes;

Considerando que um dos meios mais eficazes para determinar essa concorrência é à entrada livre dos mesmos produtos;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa, e em virtude do disposto no decreto n.º 9:418, de 11 de Fevereiro de 1924, e sob proposta do Presidente do Conselho e Ministro das Finanças, e dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Agricultura, e tendo ouvido o Conselho de Ministros:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º A contar da data da publicação do presente diploma é permitida às Câmaras Municipais de Lisboa e Pôrto a importação, livre de todos os direitos alfandegários e impostos, incluindo os de comércio marítimo e consular, de reses bovinas e de outras espécies alimentares, que se destinem ao abastecimento público.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro das Finanças, os Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Agricultura e os Ministros de todas as demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 21 de Maio de 1924.—MANUEL TEIXEIRA GOMES—Álvaro Xavier de Castro—Alfredo Ernesto de Sá Cardoso—José Domingues dos Santos—Américo Olavo Correia de Azevedo—Fernando Augusto Pereira da Silva—Domingos Leite Pereira—Nuno Simões—Mariano Martins—Helder Armando dos Santos Ribeiro—Júlio Ernesto de Lima Duque—Joaquim António de Melo e Castro Ribeiro.